

EU TENHO ONDE MORAR? A HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Estefania Knotz C. Fraga*

NABIL BONDUKI, Georges. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusões da casa própria*. São Paulo, Estação Liberdade/Fapesp, 1998, 343 p.

O problema do cortiço é mais um problema educativo do que financeiro e como tal deve ser encarado, para os meios profiláticos tentados na sua extirpação alcançarem os resultados esperados (...) certo comodismo quanto ao morador do cortiço, o qual aliado à ignorância, cria uma mentalidade específica que deve ser combatida por todos os meios possíveis. O mais eficiente desses meios é a educação em sentido lato, a educação sob todos os aspectos possíveis – filmes, rádios, palestras escolhidas em lugares apropriados – capazes de demonstrar que só há vantagens medíveis na troca do pátio da habitação coletiva pelo quintalzinho da zona rural, onde uma horta e um galinheiro poderão erigir-se em renda para a família.

Araujo, (1942, pp. 65-6).

A citação acima, feita por Nabil Bonduki, no seu livro recentemente publicado (p. 88), sinaliza o tema da pesquisa realizada pelo autor sobre as origens da transformação do problema da moradia popular numa questão social, destacando na investigação a intervenção do poder público, a influência dos técnicos do Ministério do Trabalho – muitos ligados à Igreja católica. O trecho acima ilustra as propostas dessa corrente sobre modelos de moradia popular – o surgimento da autoconstrução da casa própria pelo trabalhador, a expansão da periferia em São Paulo e a proliferação dos loteamentos clandestinos, durante o Estado Novo.

* Professora do Departamento de História da PUC-SP.

A pesquisa sobre o problema da moradia e as origens da habitação social no Brasil foi sendo desenvolvida por Nabil Bonduki – arquiteto de formação e, atualmente, professor de História da Arquitetura e Urbanismo na Escola de Engenharia de São Carlos (USP) –, paralelamente às suas atividades na formulação de políticas públicas, na assessoria aos movimentos urbanos e na participação na gestão de Luiza Erundina, como Superintendente de Habitação Popular da Prefeitura de São Paulo (1989-1993).

Alguns trabalhos anteriores, como “Periferias”, em colaboração com Raquel Rolnik (1979), e os artigos publicados em revistas e coletâneas traduzem os resultados que foram sendo alcançados pelo pesquisador preocupado com as questões que envolvem a temática da habitação popular no Brasil, particularmente em São Paulo, no período 1930-1954, delimitação definida na tese de doutoramento apresentada à FAU-USP, em 1994, e agora oportunamente publicada sob o título *Origens da habitação social no Brasil. arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*.

Consultando uma vasta documentação, que inclui, além dos relatórios governamentais – sem dúvida uma fonte fundamental para se conhecerem as várias formas de interferência do poder público no setor da habitação popular, desde as duas últimas décadas do século XIX –, documentos oficiais dos vários órgãos federais, estaduais e municipais, publicações de entidades patronais e associações, revistas e jornais do período, Bonduki traz para arquitetos, sociólogos, economistas e historiadores uma extensa investigação sobre a habitação popular, na qual “desconstrói e reconstrói o discurso e a prática da política habitacional” (Paul Singer, no prefácio ao livro, p. 8).

O autor estuda basicamente três ações do poder público no setor da habitação popular: o decreto-lei de 1938, que viabiliza a compra de lotes a prestação, dando segurança ao comprador, pois impedia que o loteador tomasse de volta o terreno, apenas devolvendo o que já fora pago; a Lei do Inquilinato e o congelamento dos aluguéis, em 1942 (que desestimulam o mercado de locação de moradias); e a produção e financiamento estatal da habitação, através dos IAPs (carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões) e da Fundação da Casa Popular. Ao longo dos sete capítulos do livro, Bonduki analisa as várias facetas da intervenção estatal a partir do governo Vargas, quando a crise da habitação – um problema que passa a ser tratado pelo poder público como questão social – envolve, na busca de soluções, vários segmentos da sociedade. Portanto, o autor centraliza a investigação na produção da habitação social na década de 40, quando o problema da moradia popular assume proporções que tornam visíveis as condições de vida do operariado. Debates, eventos, artigos publicados em revistas e jornais marcaram o período e tinham como eixo o projeto nacional-desen-

volvimentista da era Vargas, no qual a habitação era considerada condição básica de reprodução da força de trabalho, portanto fundamental na estratégia de industrialização do país e também um elemento importante na formação “ideológica, política e moral do trabalhador” (p. 73).

A consulta à enorme produção intelectual do período sobre a questão da moradia popular permitiu ao autor perceber a correlação entre as propostas surgidas nos debates – que envolveram técnicos ligados a órgãos do governo e entidades, como a Igreja católica, sindicatos, associações de empresários – e os modelos de moradia que efetivamente surgiram a partir da década de 40: a casa própria construída como auto-empreendimento na periferia (e a citação que abre este texto é significativa para indicar o teor das propostas de uma corrente que relacionava a melhoria das condições de vida do operário com a obtenção da casa própria, só acessível ao trabalhador na zona rural da cidade) e a produção de conjuntos habitacionais pelo Estado. Aliás, o capítulo 4 é particularmente importante pela riqueza de informações sobre a produção de um tipo de moradia que incorporava os padrões considerados modernos na época, como a edificação em série e padronizada, considerada ideal para atender à grande demanda de moradia nas cidades mais populosas. Também, na década de 40, são discutidas e apresentadas alternativas técnicas para baratear a construção de moradias para as classes populares, propiciando-lhes condições de trocarem o cortiço e outras formas de habitação insalubre (e nas décadas anteriores os sanitaristas produziram vasto material para descrever as precárias condições em que viviam os trabalhadores nas cidades) pela casa própria, construída pelo trabalhador. A preocupação com os meios para a redução dos custos da construção da moradia está presente nos debates e propostas formuladas por arquitetos e engenheiros que defendiam medidas para baratear a construção: redução do padrão de acabamento, estandarização das unidades, mudanças no Código de Obras para torná-lo mais flexível, combate à especulação imobiliária e viabilização do acesso à periferia.

Mas, se a grande preocupação de todos os setores envolvidos no debate era possibilitar o acesso do trabalhador à casa própria individual, “espaço privilegiado da família e do lar e a prova concreta de que o trabalhador também se beneficiava do desenvolvimento do país” (p. 88), as primeiras iniciativas do poder público para intervir na questão da habitação popular (a criação do Fundo da Casa Popular, em 1946) foram alvo de forte oposição de vários setores da sociedade (entidades profissionais ligadas à área da construção civil, sindicatos, partidos, sobretudo o Partido Comunista) que criticavam a forma como se dava a presença do Estado no setor da habitação popular.

Analisando o material produzido por aqueles setores, o autor conclui que o ponto central das críticas à política habitacional do governo apontava para o caráter conservador das propostas, vinculadas à Igreja católica, que enfatizava a relação entre família e moradia como fundamento da estruturação moral e cristã das classes populares. Ainda como um elemento a ser considerado para se entender o contexto em que aquelas críticas foram formuladas, é importante lembrar que foram sobretudo os técnicos do Ministério do Trabalho, adeptos das doutrinas sociais da Igreja, os defensores de uma intervenção mais vigorosa do Estado na questão da moradia popular (p. 120).

Portanto, a partir de 1930, houve uma mudança significativa na abordagem do problema habitacional. Até as duas primeiras décadas do século XX, a questão central era a insalubridade da moradia popular, e a preocupação do poder público estava direcionada para garantir as condições sanitárias da habitação popular, com o objetivo de impedir a propagação de epidemias. Sobretudo as habitações precárias, denominadas cortiço nos relatórios dos higienistas, foram objeto de intervenção do poder público com o propósito de impedir a proliferação de epidemias como a *cólera mórbus* e a febre amarela (em São Paulo ocorreu um surto em 1893). A ação da polícia sanitária, invadindo o espaço privado, representou, como demonstra Bonduki, no capítulo primeiro de seu livro, uma primeira, mas fundamental, alteração na concepção liberal que marcou a atuação do Estado até a década de 30, caracterizada pelo higienismo.

Consultando os relatórios de técnicos do Ministério do Trabalho e outros documentos oficiais, Bonduki demonstra como, depois de 30 e, sobretudo, em 40, a questão da moradia “assumiu papel fundamental no discurso e nas realizações do Estado Novo, como símbolo da valorização do trabalhador e comprovação de que a política de amparo aos brasileiros estava dando resultados. Coloca-se, na época, a necessidade de se vencer o imenso desafio de resolver o problema da falta de moradias e, segundo o autor,

a estratégia, portanto, era fazer com que os trabalhadores passassem a desejar, através da educação e da doutrinação, os modelos de habitação que as elites queriam implantar. Isto implicava, por um lado, a mudança de certa cultura de morar (predominava a moradia de aluguel) e, por outro lado, a exigência de que o trabalhador aprendesse a poupar a fim de juntar os valores necessários para adquirir ou edificar (através da autoconstrução) a sua casa (p. 87).

A partir da década de 30, a obtenção da casa própria pelos trabalhadores seria o ponto de partida para evitar os riscos de uma convulsão social, além de garantir a difusão de uma visão conservadora de organização social, através da unidade geradora

que é a família. A Fundação da Casa Popular e a criação das carteiras previdenciárias (os IAPs) representaram tentativas de encontrar soluções para o problema. Contudo, segundo Bonduki, o Estado, tanto na década de 40, como nas seguintes, não conseguiu implementar soluções para resolver a crise habitacional e, sem estratégia para enfrentar o problema, o Estado brasileiro foi incapaz de substituir os empreendedores privados como provedores de moradia para os trabalhadores. Isto tornou inevitável o surgimento de soluções habitacionais baseadas no auto-emprego e na autoconstrução, ou seja, no financiamento e construção de moradias pelos próprios trabalhadores.

As breves referências – na verdade, apenas pontuações – que fizemos para situar a obra de Nabil Bonduki como um avanço significativo nas pesquisas que têm como objeto as questões referentes à moradia popular, não dão conta de expressar a riqueza da investigação e a quantidade de informações que o autor nos traz sobre as concepções que, na década de 40, criaram um modelo de habitação popular. Aliás, o autor chama a atenção para a inexistência de estudos sobre a temática da habitação social no Brasil, particularmente pesquisas que tenham como objeto os conjuntos habitacionais dos IAPs, construídos nas décadas de 40 e 50. Na perspectiva crítica de Bonduki, a falta de estudos sobre os conjuntos construídos pelos IAPs e que introduziram – na sua avaliação – inovações importantes nos projetos arquitetônicos e urbanísticos do período (por exemplo, considerando a função social da arquitetura), possivelmente se explique pelo “distanciamento entre o tema da habitação social e a reflexão sobre a arquitetura no Brasil” (p. 133).

O texto de Nabil Bonduki nos dá a oportunidade de percorrer o tema da habitação social a partir da experiência de se pensar o trabalho de pesquisa numa perspectiva multidisciplinar que “penetra nos campos da política, economia, sociologia, arquitetura, urbanismo e história social” (p. 15). E, como lembra o autor, uma investigação sobre esse tema necessariamente precisa ter esse caráter. Ao historiador, particularmente, a pesquisa representa uma contribuição aos estudos já realizados que focalizam as condições de vida da classe trabalhadora. Ao longo do texto, são particularmente atraentes as sinalizações que apontam para possíveis direções de pesquisa como, por exemplo, a articulação entre a definição, defesa e implantação de um modelo de moradia para as classes populares e a “construção do novo trabalhador”. Ao fazer referência ao trabalho de Carmem Portinho, primeira engenheira formada no país, e responsável pelo projeto e construção do conjunto habitacional de Pedregulho (em 1941, no Rio de Janeiro), aparece claramente a relação entre habitação social, modernização, educação popular e transformação da sociedade (p. 139).

Apenas uma última referência se faz necessária, pois, acredito, faz parte da “alma” do livro: ao final de cada capítulo, Nabil Bonduki nos presenteia com imagens que não só ilustram o texto, mas representam um convite para que, através de fotos e desenhos, a acuidade analítica do leitor encontre formas de expressão, além do texto escrito.